



XI CONGRESSO
USNA / CGTP-IN

ORGANIZAR. MOBILIZAR.
COM A LUTA DOS TRABALHADORES,
CONSTRUIR O FUTURO DO NORTE ALENTEJANO



22 Fevereiro 2019

MÁQUINA * AUDITÓRIO
FUNDAÇÃO ROBINSON

9 horas



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
2015 - 2019

Índice

| | |
|--------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 2 |
| 2. ACÇÃO SINDICAL..... | 2 |
| 2.1. Contexto..... | 2 |
| 2.2. Luta e acção sindical nos locais de trabalho..... | 6 |
| 2.2.1. Administração Pública..... | 6 |
| 2.2.2. Sector privado..... | 9 |
| 2.2.3. Vencer os constrangimentos à actividade sindical..... | 12 |
| 2.2.4. A Luta geral dos trabalhadores..... | 12 |
| 2.2.5. Campanhas nacionais..... | 19 |
| 2.3. Pelo desenvolvimento do Norte Alentejano..... | 21 |
| 2.4. Participação institucional..... | 22 |
| 2.5. Cooperação transfronteiriça..... | 22 |
| 3. COMO NOS ORGANIZAMOS..... | 22 |
| 3.1. A organização sindical nacional..... | 22 |
| 3.2. O MSU no Alentejo..... | 23 |
| 3.3. O MSU no distrito de Portalegre..... | 23 |
| 3.4. Serviços comuns de apoio à acção sindical..... | 25 |
| 3.5. Formação..... | 25 |
| 3.5.1 Sindical..... | 25 |
| 3.5.2. Profissional..... | 26 |
| 4. A UNIÃO..... | 26 |
| 4.1. O plenário de sindicatos..... | 26 |
| 4.2. A direcção regional..... | 26 |
| 4.3. A comissão executiva..... | 26 |

1. INTRODUÇÃO

O nosso mandato teve início em Maio de 2015, período final do XIX Governo Constitucional liderado pelo PSD e CDS-PP, iniciado em 2011, ano da entrada da Troika em Portugal.

Em outubro de 2015, após 3 greves gerais em 2011, 2012 e 2013 e de anos de intensa luta nos locais de trabalho e na rua, iniciou-se uma nova fase da vida política nacional, com a constituição de um governo minoritário liderado pelo PS por via do apoio parlamentar de partidos à esquerda, PCP, BE e PEV.

Os anos de 2015 a 2019 têm sido anos de intensificação da luta dos trabalhadores, numa primeira fase pela reposição dos direitos roubados e numa segunda fase pelo potenciamento do apoio parlamentar à esquerda para a conquista de novos direitos.

A acção reivindicativa foi por isso crescendo ao longo dos últimos anos e na nossa região isso foi notório.

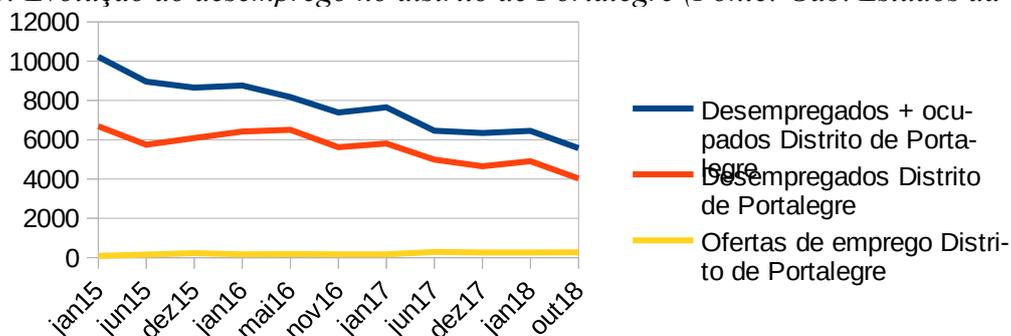
O aumento do custo de vida e o crescimento da precariedade estão aí para comprovar que a reposição de direitos não é suficiente para melhorar a vida dos trabalhadores. É necessária uma política baseada na valorização do trabalho e dos trabalhadores e foi essa necessidade que conduziu a acção sindical e levou mais vezes à rua os trabalhadores do país, do Alentejo e do distrito de Portalegre.

2. ACÇÃO SINDICAL

2.1. Contexto

Para melhor entender a acção sindical dos últimos 4 anos é importante perceber qual o contexto social e económico em que desenvolvemos essa acção.

Gráfico 1: Evolução do desemprego no distrito de Portalegre (Fonte: Gab. Estudos da CGTP-IN).



O gráfico 1 demonstra uma realidade que é praticamente sobreponível à realidade nacional. Embora com algumas oscilações, de uma forma geral, o número de desempregados desceu nos últimos 4 anos.

No entanto, a análise que fazemos da realidade com que convivemos diariamente nos locais de trabalho, não é tão optimista como os números do desemprego.

Por um lado, temos a perda de população activa, uma análise que vimos fazendo há vários anos e a perda de 7000 postos de trabalho entre 2000 e 2014, irrecuperáveis num tão curto espaço de espaço de tempo. Por outro lado, temos a fraca qualidade do novo emprego criado, de baixos salários e de vínculos não permanentes.

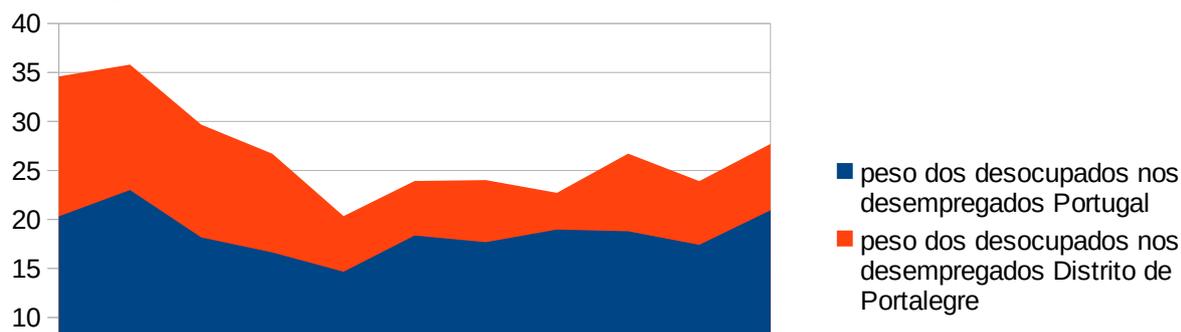
A precariedade, definida como uma das prioridades de intervenção do movimento sindical unitário (MSU) no XIII Congresso da CGTP-IN, realizado em Fevereiro de 2016, é já uma calamidade nacional atingindo mais de metade dos novos postos de trabalho criados, 22% de todos os trabalhadores.

Os contratos temporários são promovidos pelo estado e suas instâncias, incluindo o próprio IEFP. No nosso distrito, em janeiro de 2018, 86% das colocações efectuadas pelo IEFP corresponderam a contratos temporários (Tabela 1) e o peso dos programas de ocupação de desempregados, tal como contratos de emprego e inserção, atinge já os 27,7% do total de desempregados, superior à média nacional (Gráfico 2).

Tabela 1: Colocação de trabalhadores com vínculos de trabalho temporários, no distrito de Portalegre (Fonte: Gab. Estudos da CGTP-IN).

| | %contratos temporários | |
|----------------------|---------------------------------|------------------|
| | colocações efectuadas pelo IEFP | ofertas captadas |
| 1º trimestre de 2015 | 58 | 60 |
| 1º trimestre de 2016 | 63 | 82 |
| 1º trimestre de 2017 | 83 | 84 |
| jan de 2018 | 86 | 70 |

Gráfico 2: Peso dos trabalhadores em programas de ocupação promovidos pelo IEFP no total de desempregados (Fonte: Gab. Estudos da CGTP-IN).



A precariedade corresponde a baixos salários, instabilidade, sujeição a más condições de trabalho, medo do desemprego. Nos últimos 4 anos foram bem visíveis para o MSU no distrito as consequências da precariedade e a urgência do seu combate.

Os contratos a prazo e o trabalho temporário dominam sector do comércio e indústria, e são a ante câmara do desemprego, situação em que nenhum trabalhador quer cair. Metade dos desempregados são desempregados de longa duração, o que significa que estão há mais de 2 anos sem encontrar trabalho. Um terço dos desempregados não está abrangido por qualquer tipo de protecção no desemprego e visível no gráfico 1, as ofertas de emprego, correspondentes na sua maioria a vínculos precários, estão muito abaixo do número real de desempregados.

Acompanhando a perda do peso do sector produtivo no distrito de Portalegre analisada no último congresso, mais de metade nos novos postos de trabalho criados foram no sector terciário.

Os baixos salários não sendo exclusivos deste sector têm no mesmo grande peso, contribuindo para a média nacional de 10,8% dos trabalhadores empobrecerem actualmente a trabalhar.

Entre 2015 e 2019 o salário mínimo aumentou 95 Euros, quebrando com a política de estagnação do anterior governo. A realidade mostra que a justiça da posição da CGTP-IN, que defendeu para 2019 um salário mínimo nacional (SMN) de 650 Euros (Tabela 2).

Tabela 2: Evolução do SMN entre 2015 e 2019.

| Anos | Valor mensal |
|-------------|------------------------------------------|
| | Salário mínimo geral (mensal) |
| 2015 | 505,0 |
| 2016 | 530,0 |
| 2017 | 557,0 |
| 2018 | 580,0 |
| 2019 | 600,0 |

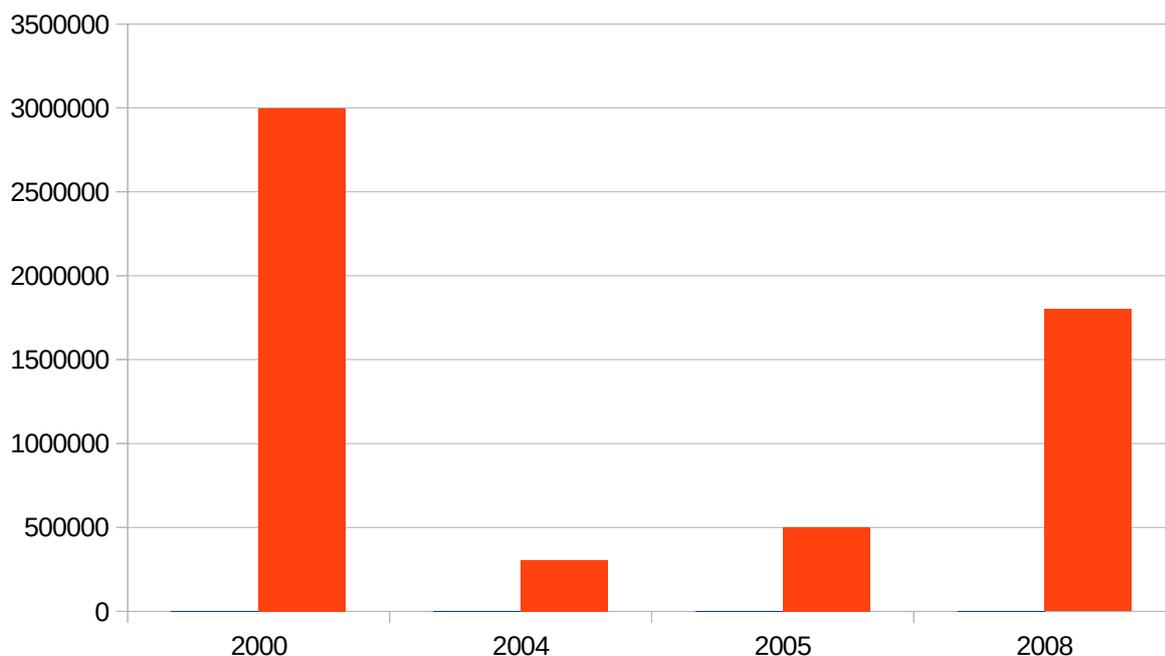
Ainda assim, no distrito de Portalegre, a diferença entre o SMN e a remuneração base mensal (RBM) é das mais baixas do país e a mais baixa do Alentejo, significando que os trabalhadores da nossa região são dos mais mal pagos e cujos aumentos salariais se têm devido em grande parte, apenas ao SMN (Tabela 3).

Tabela 3: Diferença entre o SMN e a RBM em Portugal e em diferentes regiões do Alentejo (Fonte: PORDATA).

| Territórios | | Diferença entre salário mínimo nacional e remuneração base média mensal | | |
|-------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------|------|------|
| Âmbito Geográfico | Anos | 2014 | 2015 | 2016 |
| NUTS 2013 | Portugal | -422 | -406 | -392 |
| NUTS III | Alentejo Litoral | -408 | -379 | -353 |
| NUTS III | Baixo Alentejo | -301 | -288 | -267 |
| NUTS III | Alto Alentejo | -269 | -251 | -238 |
| NUTS III | Alentejo Central | -307 | -292 | -274 |

Além do combate à precariedade a acção sindical teve como prioridade a luta contra as normas gravosas da legislação laboral, pelo desbloqueio da contratação colectiva.

Gráfico 3: Evolução do número de trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva em Portugal (fonte: CGTP-IN).



Os 3 milhões de trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva em 2000, passaram para 1,8 milhões em 2008 depois de uma breve recuperação à custa da luta dos trabalhadores organizados nos seus sindicatos de classe (Gráfico 3).

Embora a norma que permite que uma contratação colectiva caduque na ausência de acordo entre as partes date de 2003, nestes últimos 4 anos, após um governo que congelou salários, roubou direitos e expropriou o povo de parte do apoio social, o bloqueio da negociação colectiva foi profundamente sentido pelos trabalhadores. Com o salário mínimo nacional a aumentar

abrangendo os níveis remuneratórios mais baixos tornou-se ainda mais óbvia a ausência de negociação salarial, pois em várias empresas e locais de trabalho, trabalhadores com mais de uma década de serviço passaram a auferir tanto como os trabalhadores mais recentes.

Foram vários os direitos repostos: 35 horas na administração local, primeiramente através da negociação colectiva e depois reconhecida na lei, recuperação de feriados e subsídio de férias e de natal. No entanto, o governo que liderou o país nos últimos 4 anos teve várias oportunidades de ir de encontro às reivindicações dos trabalhadores, alterando as normas gravosas da legislação laboral, eliminando a norma da caducidade, repondo o princípio do tratamento mais favorável, repondo a idade legal da reforma aos 65 anos e fazendo justiça às longas carreiras contributivas. Este desencontro entre expectativas criadas e medidas efectivamente tomadas levou a que no ano de 2018 se desenvolvessem mais greves e processos de luta do que em todo o governo de PSD/CDS-PP.

2.2. Luta e acção sindical nos locais de trabalho

2.2.1. Administração Pública

Os trabalhadores da administração pública viram os seus salários congelados e as suas carreiras eliminadas ainda durante o governo do PS, entre 2005-2009. O governo PSD/CDS-PP manteve esse congelamento. Presentemente, quase no final do mandato deste governo do PS, a maioria dos trabalhadores da administração pública não tem carreira e ou não teve qualquer tipo de progressão ou viu o seu salário aumentar poucas dezenas de euros após 10 anos sem qualquer tipo de actualização salarial.

O governo mantém a sua posição de recusa de negociação com os sindicatos da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública da CGTP-IN: Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, Empresas Públicas, Concessionárias e afins (STAL), Sindicatos da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNTFPS), Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), Federação Nacional de Professores (FENPROF).

Com a noção de que quase uma década de congelamentos não se resolveriam em 4 anos, todos os trabalhadores da administração pública desenvolveram, juntamente com os seus sectores e muitas vezes em conjunto, um processo de luta que se intensificou ao longo dos anos.

Depois de se juntarem a todos os trabalhadores do sector privado logo após a tomada de posse do governo do PS, a 28/11 de 2015 e ainda em vários outros momentos em 12/01, 03/06 e 18/11 em 2017, 09/06, 21/06 e 15/11 de 2018, os trabalhadores da administração pública participaram em

várias acções de protesto, destacando-se, pela dimensão, unidade e importância para o distrito as seguintes:

- greve dos trabalhadores da administração pública no sector da saúde: 20/01/2017, 15/06/2018 e 25/01/2019
- greve dos trabalhadores não docentes nas escolas: 03/02/2017
- greve dos trabalhadores da administração pública central: 26/05/2017 e 04/04/2018
- greve nacional dos professores: 26/06/2017, 15/11/2017 e de 1 a 4/10/2018
- greve nacional dos trabalhadores de toda a administração pública central e local: 27/10/2017 e 26/10/2018
- greve e manifestação nacional de enfermeiros: 19/10/2018
- greve dos trabalhadores da EGF: 31/10/2016
- greve dos bombeiros profissionais: 19/12/2018 a 02/01/2019
- greve dos enfermeiros: 3 a 5/10/2017 e de 10 a 19/10/2018
- plenário nacional da Frente Comum: 25/09/2018
- manifestação dos trabalhadores do Grupo Águas de Portugal: 23/03/2017 e 10/11/2017
- manifestação dos trabalhadores da administração local: 21/04/2017
- manifestação nacional de toda a administração pública: 18/11/2016 e 16/03/2018
- manifestação nacional de professores: 19/05/2018 e 05/10/2018

Foi bem visível o empenho e confiança dos trabalhadores do Norte Alentejano nestas lutas: a greve dos enfermeiros de 20 e 21/09/2018 teve adesão superior a 70% nos hospitais do distrito, as greves dos professores de 15/11/2017 e de 02/10/2018 foram bem visíveis em mais de uma dezena de escolas da região, a greve dos trabalhadores do grupo Águas de Portugal de 24/04/2018 foi histórica com adesão a 100% no sector da manutenção e de 90% no sector do saneamento no distrito de Portalegre, a greve dos trabalhadores não docentes de 03/02/2017 foi a maior dos últimos 43 anos levando ao encerramento de 14 escolas no distrito, as greves da administração pública local e central de 27/10/2017 e de 26/10/2018 encerraram, no distrito de Portalegre, 18 escolas em 2017 e 23 escolas em 2018, 4 centros de saúde em 2018, serviços dos Hospitais de Portalegre e Elvas, Municípios e Juntas de Freguesia e ainda os transportes colectivos da cidade de Portalegre em 2017 e 2018.

Os trabalhadores da administração local foram capazes de repor, por via da contratação colectiva e ainda no anterior governo, as 35 horas semanais. O governo que toma posse em outubro de 2015 consagrou esta jornada de trabalho para todos os trabalhadores com contrato em funções

públicas, deixando de fora os que têm contratos individuais de trabalho em toda a administração pública central.

Nas autarquias e em toda a administração pública central os trabalhadores desenvolveram então a sua luta pela consagração das 35 horas semanais para todos e pelo reconhecimento das suas carreiras que passaram a integrar apenas 3 categorias: assistente operacional, na maioria dos casos auferindo o SMN até 2019 em que o governo finalmente reconheceu o nível da tabela remuneratória única mais próximo deste salário como base da carreira desta categoria, assistentes técnicos, cuja base da carreira em que se encontram a maioria dos trabalhadores está pouco acima da base da carreira dos assistentes operacionais, e técnicos-superiores, licenciados mas quase todos posicionados na base da sua categoria, que corresponde ao salário de entrada de enfermeiros e professores.

A ausência de negociação da tabela remuneratória única, base salarial de toda a administração pública teve 2 consequências principais: a ausência de carreiras e a proximidade salarial e funcional entre trabalhadores com conteúdos funcionais diversos, desde acompanhar crianças nos recreios até prestar apoio aos cuidados de saúde prestado nos hospitais e centros de saúde, desde pavimentar uma rua até apagar fogos à nascença, desde construir projectos de arquitectura até planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

A progressão criada pelo governo do PS verificou-se ser uma ilusão pois: não foi igual para todos já que para os professores a proposta seria apagar o tempo de serviço prestado durante 9 anos, 4 meses e 2 dias, para os enfermeiros a progressão ficou deixada ao critério de administradores/gestores, para a generalidade dos trabalhadores da administração pública foi determinado atribuir um ponto por cada ano nos casos em que não houve avaliação de desempenho num sistema em que apenas ¼ dos trabalhadores pode ser bom e ter mais de um ponto – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) - permitindo-se a progressão com 10 pontos, ou seja, muitos trabalhadores progrediram em 2018 e outros em 2019 mas de acordo com este sistema voltarão a progredir em 2029!

Acentuou-se nos últimos anos o problema da precariedade no sector público. Anos e anos de bloqueio à contratação de mais trabalhadores levou a que a generalidade dos serviços públicos no país ficasse a funcionar em permanente serviço mínimo e abaixo disso em muitos casos. Denunciamos ao longo do mandato juntamente com o SEP a falta de 150 enfermeiros na Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (ULSNA), os riscos para a saúde pública desta falta de pessoal, a urgência de contratar os 30 prometidos e ir mais longe, muito mais longe, nessa contratação.

Também denunciámos a falta de pessoal nas escolas públicas. A resposta da administração pública central e local à visível e denunciada falta de pessoal foi a precariedade. Milhares de trabalhadores desempregados com contratos de emprego e inserção foram colocados a desempenharem funções de carácter permanente nas autarquias, designadamente no sector operacional onde mais trabalhadores se reformaram nos últimos anos sem nunca serem substituídos, nas escolas e nos centros de saúde. Enfermeiros e médicos a serem contratados à hora, através de empresas de trabalho temporário para suprirem necessidades básicas do SNS.

Os trabalhadores do sector empresarial do estado, ameaçado pela ganância de grandes grupos económicos, além de estarem confrontados com o bloqueio da negociação coletiva tal como os restantes trabalhadores são testemunhas da degradação do serviço prestado e das suas próprias condições de trabalho em proporção directa com o avanço da privatização.

Os bombeiros profissionais desencadearam em 2018 uma luta inaudível pela definição de um estatuto próprio, que lhes confira dignidade e protecção social.

2.2.2. Sector privado

Os trabalhadores do sector privado debatem-se com os mesmos problemas que afectam os trabalhadores do sector público, revestidos de outras particularidades: o bloqueio da negociação colectiva, os baixos salários, a precariedade.

Apesar da visibilidade atribuída às lutas dos trabalhadores do sector público devido aos constrangimentos causados nos serviços públicos, foi no sector privado que a luta mais se intensificou nos últimos anos, chegando ao ponto de lutas praticamente diárias no ano de 2018.

De destacar, pela importância que tiveram para o distrito, as lutas dos trabalhadores da indústria hoteleira que registou lucros de 3000 milhões de Euros de lucro em 2016 e da indústria corticeira, cujo grupo mais representativo a Amorim Florestal, registou lucros superiores a 58 milhões de Euros em 2018.

As trabalhadoras das cantinas, bares e refeitórios dos Hospitais de Elvas e de Portalegre viram o seu serviço ser concessionado por 3 vezes, a 3 empresas diferentes, nos últimos 4 anos. Primeiro a SUCH, cuja luta possibilitou a negociação de uma nova contratação colectiva para o sector, depois a Eurest, cuja má gestão, com refeições a serem confeccionadas em Castelo Branco para depois serem regeneradas e servidas no distrito, foi denunciada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Industria Hoteleira, Turismo, Restauração e Similares do Sul (STIHRSS) e União dos Sindicatos, depois a Uniself e ainda, mais recentemente, a Itaú. Em cada concessão a luta, unidade e

organização das trabalhadoras foi determinante para as vitórias alcançadas: acertos nos pagamentos dos subsídios de natal e de férias e o pagamento de feriados a dobrar na SUCH, na Eurest e na Uniself, através das sucessivas greves aos feriados, prosseguindo a luta para o reconhecimento deste pagamento pela Itaú, com mais greves aos feriados.

A contratação colectiva deste sector data da década de 90. Após a implementação da norma da caducidade e da eliminação do principio do tratamento mais favorável, a associação patronal (AHRESP) passou a negociar apenas com a UGT que acordou aumentos salariais insignificantes, uma categoria de restauração única e horários concentrados de 12 horas. Graças à luta incansável das trabalhadoras deste sector, para a qual as trabalhadoras e estrutura sindical do nosso distrito deram um importante contributo, foi possível o reconhecimento dos direitos constantes na contratação colectiva da CGTP-IN como o pagamento dos feriados a dobrar e a compensação das folgas trabalhadas e ainda a impossibilidade de aplicar às trabalhadoras sindicalizadas no sindicato da CGTP-IN a categoria única e os horários concentrados.

A Amorim Florestal tem sido responsável pelo nivelamento por baixo da negociação dos salários na indústria corticeira. A par de muitas empresas a Amorim prefere atribuir prémios em vez de aumentos salariais. Exemplo desta estratégia no distrito são a Delta e a Hutchinson, grupos económicos com lucros de milhões de Euros declarados.

As 3 empresas/ grupos económicos citados empregam no distrito de Portalegre, no seu conjunto, mais de 2000 trabalhadores. Nas 3, a intervenção sindical da CGTP-IN é bloqueada por diversas vias, sendo que a Delta e a Hutchinson negociam apenas com a UGT, devido à possibilidade de estabelecer bancos de horas, algo que os sindicatos da CGTP-IN combatem. A Hutchinson, que emprega nos dois pólos mais de 1000 trabalhadores, mantém mais de metade dos mesmos com um vínculo de trabalho precário, através de empresas de trabalho temporário como a Adeco e a Multitempo.

No sector do comércio, designadamente na grande distribuição, a realidade da tipologia dos contratos de trabalho e a média salarial é muito similar ao da indústria hoteleira. Vínculos precários, a prazo na maioria dos casos, correspondentes ao SMN, muitas vezes em regime de part-time, com horários desregulados, um permanente atropelo aos direitos consagrados de maternidade e paternidade, com intenso ritmo de trabalho. No sector da grande distribuição é comum postos de trabalho com receita permanente como as caixas, corresponderem a um contrato a prazo.

No sector social, cujo crescimento se deve ao acentuado envelhecimento da população trabalham

sobretudo mulheres, muito atingidas por doenças profissionais não reconhecidas devido ao intenso ritmo de trabalho a que são sujeitas. Neste sector os horários são alterados com frequência, os tempos de descanso não são cumpridos bem como a dotação mínima de trabalhadores nos serviços para segurança dos utentes.

No sector agrícola, com o avanço nos últimos anos dos sistemas de produção super-intensivos, acentuou-se a exploração e precarização dos trabalhadores agrícolas. Nestes sistemas de produção olivais e vinhas sobretudo, cada vez são mais as pessoas a trabalhar com problemas muito diversos. Grupos de emigrantes e portugueses são sujeitos ao controle de uma só pessoa contratada por sua via para “serviço” de poda e apanha em localidades diversas. São deslocadas por períodos de tempo indefinidos e pagas à jorna pela pessoa responsável pelo seu transporte. Outro grupo de trabalhadores, especializado, opera os tratores.

Ainda são muitos os trabalhadores dos montes, em que vivem com as suas famílias que ajudam na lida agrícola sem qualquer remuneração, em regime de exclusividade.

Os trabalhadores agrícolas têm contratos de trabalho diversos, quando os têm, muito diferentes no seu teor da contratação colectiva da CGTP-IN, negociada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias da Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal (SINTAB), que por desconhecimento e medo não reivindicam.

No sector eléctrico destaca-se a greve com praticamente 100% de adesão dos trabalhadores da Pinto e Bentes em Ponte de Sôr, a 06/04/2017. Após a aplicação de um Plano Especial de Revitalização (PER) de que os trabalhadores foram credores, a empresa manteve o pagamento de salários e subsídios em atraso. Organizados no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), os trabalhadores desta empresa organizaram-se, seguiram a via jurídica, da denúncia e da luta e sempre conseguiram o acerto dos seus salários até à completa insolvência da empresa em 2018.

Também o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Sul (SITE-SUL), por via da estrutura criada na EVERTIS/SELENIS, no parque industrial de S. Vicente em Portalegre conseguiu acordar com a empresa, em fevereiro de 2018, o aumento do salário mínimo para 605 Euros e o aumento de 1 euro por dia no subsidio de alimentação.

Os trabalhadores dos CTT, organizados no Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), tiveram ao longo dos últimos anos um importante papel de denúncia das consequências da privatização do grupo para o país, para o Alentejo e para o distrito de Portalegre. Após a privatização em 2014, sucedeu o que os trabalhadores e sindicato de classe

tantas vezes anteciparam: degradação das condições de trabalho, despedimentos, perseguição sindical e por último, em 2018 e 2019, encerramento de postos. Foram estas consequências que ganharam visibilidade com a manifestação nacional em defesa de um serviço postal público e de qualidade a 23/02/2018, com a greve nacional dos trabalhadores dos CTT a 12/10/2018 e com a concentração de protesto realizada em Avis a 31/10/2018.

2.2.3. Vencer os constrangimentos à actividade sindical

No último mandato foram muitos os constrangimentos impostos à actividade sindical:

- Nas escolas, a gestão cada vez mais centrada na figura do director acentua o medo dos professores em relação a possíveis “castigos”, dificultando a criação de estrutura sindical e a eleição de delegados sindicais;
- Nas autarquias, como é exemplo o Município de Nisa, as perseguições políticas tornaram-se mais visíveis, facilitadas pelas alterações da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) que deixaram os trabalhadores da Administração Local sem carreira e mais susceptíveis a qualquer alteração mudança de funções;
- No sector social, à medida que se acentuam os problemas de desregulação dos horários e de falta de pessoal para fazer face ao aumento do número de utentes, maior a necessidade de os trabalhadores se organizarem e maior também as dificuldades criadas dentro das instituições para evitar que isso aconteça;
- Nas grandes empresas, designadamente na Amorim Florestal, a administração cede como espaço de reunião dos trabalhadores em plenário o parque de estacionamento da empresa, castigando todos os que exercerem este direito com trabalhos fisicamente mais pesados bem como dirigente e delegados sindicais.

Em todas as situações a resposta do movimento sindical foi a resistência e a persistência, a denúncia das situações de perseguição e abuso de poder e o apoio aos trabalhadores perseguidos ou castigados.

2.2.4. A Luta geral dos trabalhadores

Foram vários os momentos em que trabalhadores de todos os sectores de actividade se juntaram em torno de reivindicações comuns, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela mais justa repartição da riqueza, pela melhoria dos serviços públicos, pelo aumento geral dos salários, contra a precariedade, pelo direito à negociação colectiva: 10 e 28/11/2015, 3/06 e 18/11/2017, 9/06 e 15/11/2018.

Além das concentrações e manifestações nacionais para as quais foram lançadas intensas jornadas de mobilização em centenas de locais de trabalho em todo o país, com pré-avisos de greve, houve também acções de activistas em plenários nacionais de sindicatos em 12/1 e 21/6/2018, no encontro nacional da CGTP-IN em 01/10/2018 e ainda participação em momentos de discussão decisivas sobre as leis laborais na Assembleia da República (AR) em 14/03 e 18/07/2018.

Ainda no plano das acções convergentes destaca-se a manifestação nacional em defesa da escola pública em 18/06/2016 que pôs fim a uma intensa campanha contra os estabelecimentos de ensino público, pelo financiamento público das escolas privadas, as manifestações da Interjovem em 31/03/2016, 28/3/2017 e 28/03/2018, que deram destaque à luta dos jovens trabalhadores portugueses, os mais afectados pela precariedade, e as manifestações que assinalaram o dia internacional da mulher em 11/03/2017 e 10/03/2018, cujo objectivo de devolver o significado de luta das mulheres trabalhadoras ao dia 8 de março tem sido assim anualmente atingido.

Em todos estes momentos trabalhadores e activistas sindicais do Norte Alentejano estiveram presentes para dar visibilidade aos problemas concretos dos locais de trabalho da nossa região.

Por último, mas não menos importante, o 1º de Maio. Este mandato organizou 3 jornadas de luta no dia internacional do trabalhador em 2016, 2017 e 2018. No primeiro ano optámos por manter a estrutura de anos anteriores no centro da cidade de Portalegre, partindo do Largo Frederico Laranjo até ao Largo José António Lourinho. Em 2017 e 2018 optámos por organizar desfile, com animação musical em ambos os casos dos Bombalém, a partir da Avenida Movimento das Forças Armadas até ao plátano no Rossio. Em 2017 avançamos pelo jardim da Avenida da Liberdade e em 2018 fizemos o desfile avançar pelo lado esquerdo da avenida, sempre até ao plátano no Rossio. A participação dos trabalhadores e activistas no 1º de Maio foi aumentando progressivamente ao longo dos anos mas em 2018 ficou ainda aquém do que é necessário para dar visibilidade e força à luta dos trabalhadores no distrito.

| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|-----|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Jan | | <p>14 – Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN</p> <p>15 – Concentração Regional em defesa da ferrovia com a participação das CCOO e do SG da CGTP-IN</p> <p>24 – Eleições presidenciais</p> | <p>10 – Plenários Distritais de Docentes sobre concursos (Portalegre)</p> <p>12 – Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN em Lisboa seguido de desfile até à AR</p> <p>17 – Concentração de Professores de Língua Gestual Portuguesa (Lisboa)</p> <p>18 – Concentração do Ensino Artístico Especializado (Lisboa)</p> <p>20 - Apresentação do livro “Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical 1977 – 1989 – Vol.II” com Arménio Carlos e Américo Nunes na Biblioteca Municipal de Portalegre</p> <p>20 – Greve Nacional dos trabalhadores da Administração Pública no Sector da Saúde</p> | <p>12 – Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN</p> <p>26 – Assembleia Geral do CSIR</p> |
| Fev | | <p>23 – Campanha Nacional sobre o 1º Ciclo do Ensino Básico (Évora)</p> <p>26 e 27 – XIII Congresso da CGTP-IN</p> | <p>3 – Greve Nacional dos trabalhadores não docentes nas escolas</p> <p>10 – 8ª Conferências Nacional da Inter-Reformados em Lisboa</p> <p>14 – Início do roteiro contra a precariedade</p> | <p>2 – Plenário nacional de professores e das escolas em Lisboa</p> <p>06 – Reunião de Docentes contratados (Portalegre)</p> <p>07 – Plenário Distrital de Docentes (Portalegre)</p> |

| | | | | |
|-----|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | <p>9 – Concentração de activistas sindicais frente ao SEAP</p> <p>15 – Concentração pelo Reposicionamento (Lisboa)</p> <p>21 – Formação SST em Portalegre</p> <p>23 – Manifestação nacional em defesa de um serviço postal público</p> |
| Mar | | <p>7 a 11 – Semana pela Igualdade da CGTP-IN</p> <p>11 – Apresentação do livro “43 anos a construir a igualdade entre mulheres e homens”, por Fátima Messias, na pastelaria Conforto em Portalegre</p> <p>17 – 10º Congresso da USNA (extraordinário)</p> <p>17 – Plenário Regional de Sindicatos</p> <p>31 – Manifestação Nacional da Interjovem</p> <p>31 – 40º Aniversário do SPZS</p> | <p>1 – Plenário Regional de Sindicatos</p> <p>1 a 14 – Roteiro contra a precariedade</p> <p>3 – Arranque da Campanha dos Direitos</p> <p>6 a 10 – semana da igualdade</p> <p>8 – Sessão Evocativa do Dia Internacional da Mulher na Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre</p> <p>09 – Debate sobre a Municipalização (Portalegre)</p> <p>11 – Manifestação Nacional de Mulheres</p> <p>14 – Tribuna Pública contra a Precariedade, frente à Hutchinson em Portalegre</p> <p>23 – Manifestação Nacional de trabalhadores do Grupo Águas de Portugal</p> <p>28 – Manifestação Nacional da</p> | <p>5 a 10 – Semana pela igualdade</p> <p>3 – Debate “O contributo da luta das mulheres para a luta geral dos trabalhadores” na biblioteca municipal José Saramago em Avis</p> <p>3 – Encontro Regional de Bombeiros em Ponte de Sor</p> <p>8 – Debate, performance e jantar comemorativo do dia internacional da mulher em Nisa e Alpalhão</p> <p>10 – Manifestação nacional de mulheres em Lisboa</p> <p>14 – Desfile da sede da CGTP-IN até à AR para assistir à discussão acerca das leis laborais</p> <p>14 – Greve Nacional de Professores e Educadores</p> <p>16 – Greve e manifestação</p> |

| | | | | |
|-----|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | <p>Interjovem</p> <p>29 – “Descentralização e Regionalização em Debate” com a participação de Joaquim Sousa da CE da DN do STAL e Diogo Serra da DR da USNA e da Comissão Promotora do Amalentejo, na Biblioteca Municipal de Portalegre</p> | <p>nacional dos trabalhadores da administração pública</p> <p>19 – Greve e concentração frente ao Hospital de Portalegre, das trabalhadoras das cantinas dos Hospitais</p> <p>23 – Formação SST em Portalegre</p> <p>24 – Encontro nacional de bombeiros (STAL)</p> <p>28 – Manifestação Nacional da Interjovem</p> |
| Ab | 25 – 41º aniversário da Revolução de Abril | <p>2 – Congresso do Amalentejo em Troia</p> <p>7 - Sessão Evocativa dos 40 anos da CRP no auditório do Montepio Geral em Lisboa</p> <p>21 – Visita do PR ao distrito de Portalegre: entrega do dossier “O Alentejo tem futuro” pelas Uniões de Sindicatos de Portalegre, Évora e Beja em Portalegre</p> <p>29/30 – 12º Congresso da Fenprof (Porto)</p> | <p>7 – Greve dos trabalhadores da Pinto e Bentes em Ponte de Sôr</p> <p>18 – Concentração e desfile – Professores em Luta (Lisboa)</p> <p>20 – Inauguração da exposição do 40º aniversário do SPZS “40 anos em imagens” na Biblioteca Municipal de Portalegre</p> <p>21 – Manifestação nacional dos trabalhadores da administração local convocada pelo STAL</p> <p>25 – 43º aniversário da Revolução de Abril</p> | <p>4 – Plenário nacional do STAL</p> <p>4 – Greve dos trabalhadores da administração pública</p> <p>18 – Formação SST em Portalegre</p> <p>25 – 44º aniversário da Revolução de Abril</p> |
| Mai | 1º de Maio 30 – 9º Congresso da USNA | <p>1º de Maio – Desfile do Lg. Frederico Laranjo ao Largo José António Lourinho</p> <p>12 – Inauguração da exposição “40 anos da CRP” na ESTG com a participação de José Ernesto Cartaxo</p> | <p>1º de Maio – Desfile da AV. Mov. Forças Armadas ao Plátano no Rossio</p> <p>3 – Plenário Nacional de sindicatos da CGTP-IN</p> | <p>1º de Maio - Desfile da AV. Mov. Forças Armadas ao Plátano no Rossio</p> <p>16 – Formação SST em Portalegre</p> |

| | | | | |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <p>12 a 19 – Exposição sobre os 40 anos da CRP na ESTG</p> <p>16 – Recolha de assinaturas – Petição “Respeitar os Professores (Portalegre)</p> <p>17 – Concentração de activistas do STAL junto ao Conselho de Ministros em Lisboa</p> <p>16 a 20 – Semana Nacional de Acção e Luta</p> <p>24 – Ensino Superior – Situação e Perspectivas (Universidade de Évora)</p> <p>25 – 42º aniversário da Revolução de Abril</p> | <p>15 – Greve e concentração em Lisboa frente à AHRESP das trabalhadoras das cantinas dos hospitais</p> <p>17 – Concentração - Professores em Luta (Lisboa)</p> <p>18 – Participação no 10º Congresso das CCOO</p> <p>26 – Greve nacional dos trabalhadores da administração pública</p> | <p>19 – Manifestação nacional de Professores</p> <p>22 – Eleição dos Corpos Gerentes do SPZS</p> |
| Jun | <p>02 – Espera ao Secretário de Estado do Ensino Superior na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre</p> <p>02/03/04 – Consulta aos professores sobre a Municipalização da Educação, com urnas em todas as sedes de agrupamento de escolas do distrito</p> <p>20 – Manifestação Nacional de Professores “Revalorizar a educação, defender a profissão”</p> <p>20 – Tomada de posse da</p> | <p>03 – Tribuna Pública “Unir Vozes em Defesa da Escola Pública” (Lisboa)</p> <p>16 – Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN</p> <p>17 – Assembleia Geral CSIR</p> <p>18 – Manifestação Nacional em defesa da escola pública em Lisboa</p> | <p>1 – Participação no Congresso da USDE</p> <p>2 – 7ª Conferência Nacional da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) da CGTP-IN em Lisboa</p> <p>3 – Manifestação Nacional/ Dia Nacional de Luta</p> <p>13 – Recolha de assinaturas – Criação do grupo de recrutamento de Língua Gestual Portuguesa (Portalegre)</p> <p>16 – Inauguração das novas instalações da Delegação Sindical Conjunta de Elvas com a presença do SG da CGTP-IN</p> <p>21 – Greve Nacional de Professores</p> | <p>9 – Manifestação Nacional pelos direitos</p> <p>15 – Greve dos trabalhadores da administração pública no sector da saúde</p> <p>18 de junho a 13 julho – Greve dos Docentes às Avaliações</p> <p>21 – Plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN com deslocação ao Ministério do Trabalho, solidariedade e Segurança Social</p> <p>30 – Congresso do Alentejo em Castelo de Vide</p> |

| | DR da USNA para o mandato 2015-2019 | | a todo o serviço docentes | |
|-----|----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Jul | 4 – 40º aniversário da USNA: conferência de imprensa na sede em Portalegre | 02 – Canoagem na Barragem da Apartadura – 40º Aniversário do SPZS (Marvão) 4 – 41º aniversário da USNA: distribuição de documentos no Rossio | 4 – 42º aniversário da USNA: pintura de mural e lançamento de campanha de contactos | 1 – Congresso do Alentejo em Castelo de Vide 4 – 43º aniversário da USNA: lançamento de campanha de sindicalização 6 – Concentração frente à AR – Rejeitar o acordo laboral 11 – Assembleia Geral do STAL com debate sobre salários e carreiras 11 – Concentração em frente ao ME – Recuperação dos 9A4M2D (Lisboa) 13 – Concentração de Docentes – Largo do Café Central (Portalegre) 18 – Presença de dirigentes e delegados sindicais da CGTP-IN a discussão na AR sobre alteração à lei laboral |
| Ag | | | | |
| Set | 18 – Concentração de docentes do Ensino Artístico especializado (Lisboa) | 01 – Ação pela remoção do amianto nas escolas (Portalegre) 26 a 30 – Semana de luta, Reivindicar e lutar 30 – Banca de recolha de assinaturas em defesa da contratação colectiva (Elvas) | 27 – Plenário Distrital sobre Educação Inclusiva (Portalegre) | 12 – Greve nacional dos trabalhadores da grande distribuição 14 – Plenário nacional do STAL e STML seguido de cordão humano até ao Ministério das Finanças |

| | | | | |
|-----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | <p>17 a 21 – Plenários nas escolas para aprovar tomadas de posição sobre a contagem do tempo de serviço</p> <p>25 – Plenário Nacional da Frente Comum</p> |
| Out | <p>01 – Dia Nacional de Protesto e Luta – Ensino Artístico Especializado (Lagos)</p> <p>04 – Dia Nacional de Luta dos Professores</p> <p>4 – Eleições legislativas</p> <p>15 – Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN</p> | <p>1- 46º aniversário da CGTP-IN</p> <p>04 – Dia Mundial dos Professores</p> <p>6 – Comemoração do aniversário da CGTP-IN com a recolha de assinaturas no abaixo-assinado em defesa da contratação colectiva, junto ao plátano, no Rossio, em Portalegre</p> <p>21 – Conferência Nacional da Interjovem</p> <p>22 – Manifestação Badajoz “Por un tren digno ya!”</p> <p>31 – Greve trabalhadores da EGF (Amarsul e Valnor) (STAL)</p> | <p>1 – 47º aniversário da CGTP-IN</p> <p>1 – Eleições autárquicas</p> <p>3 – Comemoração do aniversário da CGTP-IN com distribuição de documentos no Rossio em Portalegre</p> <p>3 a 5 – Greve dos enfermeiros</p> <p>04 – Plenário Nacional – Dia Mundial do Professor (Lisboa)</p> <p>27 – Greve nacional dos trabalhadores da administração pública local e central (Frente Comum)</p> | <p>1 – 48º aniversário da CGTP-IN – Encontro nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais em Lisboa</p> <p>1 – Início de semana de luta dos professores</p> <p>2 – Greve dos professores do Alentejo</p> <p>3 – Encontro Nacional sobre Direito do Trabalho em Lisboa</p> <p>5 – Manifestação nacional de professores em Lisboa para assinalar encerramento de semana de luta e dia internacional do professor</p> <p>12 – Greve nacional dos trabalhadores dos CTT</p> <p>10 a 19 – Greve dos enfermeiros</p> <p>19 – Manifestação Nacional de enfermeiros</p> <p>19 – Encontro nacional sobre desgaste dos professores</p> <p>20 – Encontro pela paz em</p> |

| | | | | |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | <p>Loures (CPPC)</p> <p>26 – Greve nacional dos trabalhadores da administração pública central e local a partir de 29 – Greve Nacional aos abusos nos horários</p> <p>31 – Protesto contra a privatização dos CTT em Avis</p> |
| Nov | <p>10- Queda do governo PSD/CDS – Concentração frente à AR</p> <p>28 – Acção de luta nacional: concentração no Lg. Camões em Lisboa</p> | <p>3 – Banca de recolha de assinaturas em defesa da contratação colectiva (Ponte de Sor)</p> <p>18 – Manifestação Nacional da Administração Pública em Lisboa</p> <p>23 – Concentração contra o bloqueamento da Carreira Docente (Lisboa)</p> | <p>10 – Protesto dos trabalhadores do Grupo Águas de Portugal em Lisboa</p> <p>14 – Visita de delegação da CGTP-IN à Delta</p> <p>15 – Greve nacional de professores</p> <p>16 – Conferência de imprensa conjunta com Conselho Sindical Inter-regional para mobilização para as manifestações nacionais em Lisboa, convocada pela CGTP-IN, e em Madrid, em defesa do transporte ferroviário</p> <p>18 – Manifestação nacional em Lisboa</p> <p>18 – Greve e Concentração – Dia Nacional de Luta dos Professores e Educadores (Lisboa)</p> <p>24 – Acção em defesa do serviço postal público em Ponte de Sôr</p> <p>29 e 30 – Conferência Sindical Internacional “Futuro do Trabalho” em Lisboa</p> | <p>12 a 16 – Semana de Apoio à Luta dos Professores</p> <p>15 – Manifestação Nacional – Avançar nos direitos, valorizar os trabalhadores</p> <p>23 – Acção de sensibilização para dirigentes, delegados e activistas sindicais sobre o assédio em Évora</p> |

| | | | | |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dez | 5 – Exposição, espectáculo de teatro e apresentação do livro sobre os “40 anos da Reforma Agrária”, no auditório Ary dos Santos em Avis | 07 – Encontro Nacional de Docentes (Lisboa) 9 – Concentração das trabalhadoras das cantinas dos Hospitais de Portalegre e Elvas junto aos Hospitais (Sind. Hotelaria do Sul) 15 – Sessão de trabalho “Segurança Pública, Universal e Solidária” com José Augusto Oliveira da CE do CN da CGTP-IN | 06 – Plenário Distrital de Docentes (Portalegre) 14 – Encontro Nacional da CGTP-IN “Combater as assimetrias – pelo progresso social e a coesão territorial” no auditório do Centro de Formação do IEPF em Portalegre | 7 – Acção “Pior empresa do ano de 2018” frente à Amorim Florestal em Ponte de Sôr 19 a 02/01/2019 – Greve dos Bombeiros Profissionais |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Tabela 4: Sistematização de acções ao longo do mandato.

2.2.5. Campanhas nacionais

2.2.5.1. De luta

O XIII Congresso da CGTP-IN que teve lugar a 26 e 27 de fevereiro definiu um conjunto de prioridades que determinaram várias acções de luta. Além das manifestações nacionais ocorreram entre 2016 e 2019, jornadas de luta em torno de questões concretas tais como a contratação colectiva e a precariedade: a semana nacional de acção e luta de 16 a 20/02/2016 e a semana de reivindicar e lutar de 20 a 30/09/2016, ambas em torno da necessidade de repor direitos roubados durante o governo do PSD/CDS-PP, bancas de recolha de assinaturas pelo direito à contratação colectiva em todo o país e no nosso distrito entre outubro e novembro de 2016 e o roteiro contra a precariedade de 1 a 14/03/2017.

Entre 2016 e 2018, antecipando o dia internacional da mulher a 8 de março, foram realizadas acções no âmbito da semana pela igualdade.

2.2.5.2. De direitos

A Campanha Nacional de Direitos “Valorizar o Trabalho, para um Portugal com Futuro”, uma campanha financiada pelo POISE, teve início a 3/3/2017 e decorreu até 31/12/2018. Consistiu em diversos materiais como porta documentos, banca dos direitos, documentos para os trabalhadores do sector público, documentos para os trabalhadores do sector privado, cartazes, imans para o carro, canetas.

Na USNA a campanha teve as seguintes características:

responsável: Helena Neves

técnico: Diogo Serra

funcionária: Ana Maria Cordeiro

pólo de atendimento: Delegação Sindical Conjunta de Elvas

Ao longo da duração da campanha o MSU do distrito, coordenado pela USNA, realizou 31 acções de contacto com a banca, documentos e canetas em diferentes locais de trabalho, de diferentes sectores, incluindo empresas em que nunca tínhamos ido como a Marktel e a Randstad em Elvas e outras onde raras vezes vamos como MA Silva em Alter do Chão, a Incopil em Ponte de Sôr ou a SNEF em Elvas.

Realizaram-se ainda, no âmbito da campanha, 5 oficinas de trabalho em todo o país, sendo que USNA participou em Setúbal. Estas oficinas permitiram preparar 8 dirigentes e delegados sindicais do distrito para a resolução de problemas concretos dos trabalhadores.

| data | oficina |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 06-04-17 | 1 - A interacção com os agentes oficiais - princípios, atitudes e procedimentos |
| 25-05-17 | 2 - O combate sindical e judicial à precariedade laboral |
| 12-10-17 | 3 - O direito laboral na situação de greve - A acção da proclamação à extinção da greve |
| 15-03-18 | 4 - A acção sindical e os regulamentos internos |
| 27-09-18 | 5 - Falências, insolvências, despedimentos, fundo de garantia salarial e fundo de compensação |

Tabela 5: Oficinas de trabalho realizadas no âmbito da campanha de direitos.

Tratou-se de uma campanha complexa de colocar em prática, com dezenas de regras e com várias reuniões de acompanhamento realizadas entre Lisboa, nacionais, e Évora, para as estruturas a sul do País. Foi possível participar em acção de formação e de sensibilização sobre o assédio.

O cumprimento da campanha permitiu o reforço financeiro da USNA, tendo sido transferidas verbas de comparticipação pelo trabalho desenvolvido pela funcionária da delegação de Elvas no seu âmbito, bem como pelo gasto de consumíveis como material de escritório e limpeza. A Campanha suportou ainda os gastos declarados com a deslocação dos dirigentes aos locais de trabalho para as acções de contacto com a banca e restantes materiais.

| Dia | Hora | local |
|-------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 03/10/2017 | 10h – 12h | Rossio, Portalegre |
| 03/10/2017 | 07h30 - 9h30 | Dardico, Avis |
| 23/10/2017 | Todo o dia | VALNOR, Avis |
| 26/10/2017 | 8h – 11h | Agrupamento de Escolas de Ponte de Sôr |
| 26/10/2017 | 14h | Município de Ponte de Sôr |
| 17/05/2018 | 13h – 14h30 | Hutchinson Portalegre |
| 18/05/2018 | 13h – 14h | Amorim Florestal, Ponte de Sôr |
| 23/05/2018 | 13h30 – 14h30 | Hutchinson Campo Maior |
| 23/05/2018 | 13h00 – 13h30 | Delta |
| 24/05/2018 | 10h – 11h | Inatel Castelo de Vide |
| 30/05/2018 | 13h – 14h | Evertis/ Selenis, Portalegre |
| 05/06/2018 | 14h – 16h | Cantinas concessionadas à Uniself no concelho de Alter do Chão – escola da Coudelaria e escola EB 2,3 |
| 19/06/2018 | 11h – 13h | Hotel D. Luís |
| 04/07/2018 | 13h30 - 14h30 | Evertis/ Selenis, Portalegre |
| 15/10/2018 | 7h – 8h | Parque de Máquinas do Município de Sousel |
| 17/10 /2018 | 10h – 12h | Matadouro de Sousel |
| 24/10 /2018 | 7h30 – 8h30 | EDP Portalegre |
| 24/10 /2018 | 11h – 14h | Call Center Ranstad (EDP e Endesa) - Elvas |
| 25/10 /2018 | 7h15 – 8h10 | Amorim Salteiros |
| 25/10 /2018 | 14h – 15h | Amorim Florestal |
| 29/10 /2018 | 11h00 - 12h30 | Continente, Ponte de Sôr |

| | | |
|-------------|---------------|--------------------------------------|
| 29/10 /2018 | 11h00 - 12h30 | Continente, Ponte de Sôr |
| 31/10/2018 | 7h30 - 8h15 | Snef, Elvas |
| 31/10/2018 | 10h – 12h | Pousada Elvas |
| 31/10/2018 | 13h30 - 14h30 | Marktel, Elvas |
| 05/11 /2018 | 7h15 – 8h15 | Unicer Castelo de Vide |
| 05/11 /2018 | 17h50 – 18h15 | MA Silva, Alter do Chão |
| 05/11 /2018 | 15h00 – 16h00 | Cantina da Coudelaria, Alter do Chão |
| 07/11 /2018 | 7h15 – 8h10 | Sedacor |
| 07/11/2018 | 21h00 – 22h30 | Hutchinson Portalegre |
| 08/11/2018 | 5h30 - 6h30 | Evertis / Selenis, Portalegre |

Tabela 6: Acções de contacto realizadas no distrito no âmbito da campanha de direitos.

2.3. Pelo desenvolvimento do Norte Alentejano

Tal como analisado no 9º Congresso da USNA, o Alentejo e em particular o nosso território foi dos mais afectados pela falta de investimento público e empobrecimento da população.

Conscientes da necessidade de melhorar as condições de vida da população do norte alentejano, de melhorar a sua acessibilidade aos locais de trabalho e de melhorar a qualidade dos serviços públicos ainda existentes na região, travando o seu encerramento, a USNA e todo o MSU do distrito empenhou-se no movimento Amalentejo, participando activamente nos seus congressos em 02/04/2016 em Tróia e em 30/06 e 01/07/2018 em Castelo de Vide.

O Amalentejo é um movimento que defende a criação de uma comunidade regional no Alentejo, ou seja, a regionalização do Alentejo. Para atingir esses objectivos o MSU mobilizou-se ao lado de várias organizações, de diversas índoles, para promover o abaixo-assinado para levar esta possibilidade a discussão na AR.

A defesa dos serviços públicos é uma das prioridades do movimento sindical devido aos milhares de trabalhadores que neles trabalham e aos muitos milhares de trabalhadores e suas famílias que deles dependem para viver dignamente. Decorridos os anos em que o governo do PS teve apoio parlamentar não só para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da administração pública como também de inverter o rumo de desinvestimento no sector público torna-se mais visível a opção política tomada e a necessidade de a contrariar. Foi este o objectivo da pressão e da luta por nós exercida ao longo dos 4 últimos anos e que trouxe à baila outro dos problemas fundamentais do país: a desigualdade entre regiões, designadamente entre litoral e interior.

Foi esta consciência que levou a CGTP-IN a realizar um encontro nacional com o tema “Combater as assimetrias - pelo progresso social e a coesão territorial” em Portalegre, a 14/12/2017, onde se concluiu que, o que acentuou ao longo dos anos a desigualdade de investimento entre as

diferentes regiões do país foi o empobrecimento dos trabalhadores e do povo.

2.4. Participação institucional

Foram vários os fóruns de discussão e prestação de contas em que a USNA participou representando a CGTP-IN no distrito, como foi o caso do Instituto de Emprego e de Formação Profissional (IEFP) - Conselho Consultivo Local e Plataforma Supraconcelhia da Segurança Social e no Alentejo, no caso da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e do Comité de Acompanhamento do Alentejo 2020 e ainda IEFP (Conselho Consultivo Regional).

2.5. Cooperação transfronteiriça

Nesta mandato mantivemos a nossa participação, juntamente com as Uniões de Sindicatos de Évora (USDE) e Beja (USBE) da CGTP-IN, no Conselho Sindical Inter-Regional (CSIR).

Ao longo deste mandato, como nos mandatos passados, os nossos contactos com as estruturas sindicais da região da Estremadura clarificaram os objectivos comuns das organizações de ambos os lados da fronteira: o desenvolvimento das regiões por via do aumento dos salários, da estabilidade no emprego, da melhoria das vias de comunicação e dos serviços públicos.

De entre as várias reuniões realizadas destacam-se as Assembleias Gerais a 17/06/2016 e 26/01/2018, sendo que nesta última a presidência do CSIR passou para a UGT Portugal.

Destacam-se ainda, pela importância para a nossa região, as acções convergentes em defesa do transporte ferroviário de passageiros na Linha do Leste a 15/01/2016, na estação de Portalegre com a participação do Secretário-Geral da CGTP-IN e as Comissões Obreras (CCOO), que presidiam o CSIR, e ainda a manifestação em Badajoz a 22/10/2016, com o lema “Por un tren digno ya”, em defesa do transporte ferroviário de passageiros na Linha do Leste e até Madrid.

3. COMO NOS ORGANIZAMOS

3.1. A organização sindical nacional

O ano de 2016 foi ano de congresso da CGTP-IN. O XIII Congresso teve lugar nos dias 26 e 27 de Fevereiro em Almada sob o lema “Organização, unidade e luta – a força dos trabalhadores. Emprego com direitos. Soberania. Progresso social.” Da profunda discussão que teve lugar nesses dias destaca-se a decisão de lançar uma campanha de 4 anos contra a precariedade, uma campanha que se efectivou de várias formas em diversas regiões e que teve como um dos pontos

altos o roteiro contra a precariedade de 1 a 14 de Março de 2017. As normas gravosas da legislação laboral, designadamente o bloqueio da contratação colectiva, a norma da caducidade, a eliminação do princípio do tratamento mais favorável, foram indicadas como os principais obstáculos à acção da CGTP-IN pelo aumento geral dos salários e ao longo do mandato tudo foi feito para que nos locais de trabalho e na rua os trabalhadores se unissem em torno desta batalha. Prova desta acção foi o abaixo-assinado pelo direito à negociação colectiva lançado em outubro de 2016.

Ao longo deste mandato tiveram também lugar as conferências da Interjovem, 21/10/2016, da Inter-reformados, 10/02/2017 e ainda da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) a 02/06/2018. A USNA mobilizou e participou em todas as conferências mas, da nossa região, apenas um dirigentes sindical foi eleito, na Direcção Nacional da CIMH.

Continuou a verificar-se, ao longo do mandato, a ausência de organização na região da interjovem e da Inter-reformados, frentes de trabalho para as quais nenhum dirigente foi destacado.

3.2. O MSU no Alentejo

Mantivemos neste mandato a unidade na acção com as outras uniões de sindicatos no Alentejo, a União dos Sindicatos de Évora e a União dos Sindicatos de Beja.

Realizaram-se reuniões regulares do Secretariado Inter-regional do Alentejo (SIRA), entre os executivos das direcções regionais das diferentes uniões: 2 em 2016 e 2 em 2017. No entanto em 2018 não nos foi possível reunir devido a problemas na organização da União dos Sindicatos de Beja.

3.3. O MSU no distrito de Portalegre

Uma das primeiras decisões da direcção regional da USNA foi determinar locais de trabalho prioritário, onde os dirigentes regionais dariam todo o seu apoio e fariam o contacto com os trabalhadores mesmo na impossibilidade de tal acção ser desenvolvida pelos sindicatos desses locais de trabalho. Os locais de trabalho prioritário foram determinados pelo número de trabalhadores, importância para a região e existência de sócios ou estrutura sindical: Delta (SINTAB) Hutchinson de Campo Maior e Hutchinson de Portalegre (SITE-SUL), Amorim Florestal (STCMMCS), Unicer (SINTAB) e EVERTIS/SELENIS. Ao longo do mandato outros locais de trabalho de diferentes sindicatos necessitaram de apoio por parte da direcção regional da União: Pinto e Bentes, EDP e Visabeira (SIESI), cantinas dos Hospitais e trabalhadores dos Hotéis e Pousadas como

Monte Filipe em Alpalhão, Hotel Rural Sto. António em Arronches, Pousada de Marvão, Hotel S. Luís, Hotel Sta. Luzia, Varchhotel, Monte da Provença, Hotel S, João de Deus em Elvas (STHTRSS).

Embora tenha sido realizada uma acção de campanha de sindicalização da união, bem como aproveitadas todas as oportunidade de mobilização dos trabalhadores para as acções de luta nacionais para contactar com trabalhadores dos locais de trabalho prioritários, o número de trabalhadores a sindicalizar-se manteve-se baixo.

A evolução da sindicalização foi lenta ao longo do mandato em parte porque continua a faltar uma real intervenção, focada nos problemas concretos de cada local de trabalho desenvolvida pelos sindicatos que acompanham esse sector, em vários locais de trabalho. Empresas como a Hutchinson e a Delta, que empregam entre si mais de 1500 trabalhadores, continuam vedadas à intervenção da CGTP-IN. Concretamente na DELTA, a visita realizada por uma delegação da CGTP-IN encabeçada pelo Secretário-Geral em 14/11/2018, permitiu dar a conhecer a CGTP-IN aos trabalhadores e diminuir a animosidade das chefias em relação aos dirigentes da CGTP-IN e às distribuições de documentos à entrada da unidade produtiva na EN371, Campo Maior. Na Amorim, existe estrutura sindical, mas o clima de medo impede os trabalhadores de contactar com a estrutura e impede o sindicato de reforçar essa estrutura. Falta entrar nestas empresas, sindicalizando as centenas de trabalhadores pertencentes a diferentes sindicatos, dando um salto de sindicalização fundamental para a sustentabilidade organica e financeira do MSU no distrito.

Na EDP, uma empresa composta por trabalhadores jovens, fundamentais para o rejuvenescimento do MSU, desenvolveu-se intervenção sindical do SIESI regularmente. No entanto, a perda de 2 delegados sindicais que foram transferidos para as regiões de origem conduziu à perda de sindicalizados e a uma situação de ausência de estrutura dentro da empresa. A estrutura sindical da Pinto e Bentes, empresa que faliu em 2018, permitiu o contacto com ex-trabalhadores desta empresa, a trabalhar em importantes empresas do sector eléctrico no distrito, igualmente trabalhadores jovens. É o caso da Visabeira, empresa onde o SIESI sindicalizou vários trabalhadores.

Para toda a sindicalização efectuada a dinâmica distrital criada foi fundamental. Prova disso estão os exemplos atrás citados mas também a sindicalização possível na administração pública, integrada na intensificação das lutas dos sectores e na resolução de problemas concretos como a precariedade. Foi o caso do STAL, cujo o salto de sindicalização em 2018 em muito se deveu aos 230 trabalhadores cujo vinculo precário foi regularizado devido à acção sindical no âmbito do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), exigindo-se

que todos os trabalhadores a exercerem funções permanentes passassem a efectivos no âmbito deste programa.

O contacto constante, a propaganda e a informação tiveram resultados mas mais lutas locais são necessárias para dar ao MSU a visibilidade necessária para chegar a mais trabalhadores e por essa via intervir para resolver os seus problemas.

Outra medida tomada pela direcção regional para o fortalecimento do MSU no distrito foi o maior acompanhamento de dirigentes e activistas sindicais de diferentes sindicatos incluindo os que não dispõem do apoio de uma direcção regional. O resultado foi a identificação de quadros sindicais que se revelaram fundamentais para o alargamento da acção da CGTP-IN no Alto Alentejo.

3.4. Serviços comuns de apoio à acção sindical

Neste mandato foi possível, através da discussão com os sindicatos envolvidos, a melhoria das condições de trabalho e atendimento da Delegação Sindical Conjunta de Elvas. 4 dos 5 sindicatos que integram a delegação, o SIESI, o STHTRSS, o CESP e o SINTAB acederam em ajustar o valor pago mensalmente para que uma nova delegação fosse encontrada. O SITE-SUL manteve o valor transferido e a USNA passou também a transferir dinheiro mensalmente para os gastos da delegação que se elevou principalmente devido à nova renda.

A nova delegação, inaugurada com a presença do Secretário-Geral a 16/06/2017, é mais acessível e dispõe de mais meios inclusive para a formação profissional.

3.5. Formação

3.5.1 Sindical

Ao longo deste mandato realizamos uma acção de formação sindical, sobre Saúde e Segurança no Trabalho – SST, durante o 1º semestre de 2018 e uma sessão de trabalho sobre a Segurança Social a 15 de Novembro de 2016.

As 5 oficinas de trabalho no âmbito da Campanha dos Direitos realizadas entre abril de 2017 e novembro de 2018, em Setúbal, constituíram um forte apoio à acção sindical, servindo para o conhecimento e aprofundamento dos problemas dos trabalhadores e suas diferentes formas de resolução. Nestas acções foi possível envolver 8 dirigentes e delegados sindicais de locais de trabalho do distrito e de diferentes sindicatos.

3.5.2. Profissional

Foi possível a realização de acções de formação profissional em Portalegre e em Elvas, em parceria com o Instituto Bento Jesus Caraça (IBJC), embora o número mínimo de formandos tenha dificultado a logística dos cursos. A falta de meios próprios de deslocação ou de meios de transporte público dificultaram a frequência das pessoas interessadas e que preenchem os requisitos para a frequência na acção.

4. A UNIÃO

4.1. O plenário de sindicatos

Reunimos o plenário de sindicatos 4 vezes este mandato: 17/03/2016, 01/03/2017, 28/02/2018 e 27/11/2018. Em todas estas reuniões, para além do relatório de actividade e contas foram apresentadas planificações e discutidas as prioridades do nosso trabalho no distrito.

4.2. A direcção regional

A Direcção Regional reuniu a cada 2 meses, cumprindo-se a periodicidade decidida. Por decisão colectiva optou-se por reunir às quartas-feiras à tarde o que permitiu gerir melhor os créditos sindicais e as despesas. Pese embora a composição com apenas 15 elementos, foram raros os momentos em que todos os membros do organismo puderam participar.

4.3. A comissão executiva

Ao contrário do mandato anterior, neste mandato a dificuldade esteve em reunir todos os membros da comissão executiva, composta por apenas 5 membros, quadros a tempo inteiro. A intensificação da luta de massas por sector ao longo dos anos veio a dificultar ainda mais a conciliação de agendas, sobretudo em 2018.